

1 ATA DA REUNIÃO DO COLEGIADO PERMANENTE DAS ENTIDADES DE
2 ARQUITETURA E URBANISMO - CEAU-CAU/PB N° 003. Aos catorze dias do mês de
3 junho do ano de dois mil e dezesseis, às oito horas e quinze minutos, iniciou-se a sessão na sede
4 do CAU/PB, localizada na Avenida Guarabira, número mil e duzentos, bairro de Manaíra, nesta
5 Capital, sob a presidência do Arquiteto e Urbanista João Cristiano Rebouças Rolim. Estiveram
6 presentes, a Coordenadora da Comissão de Exercício Profissional, Ensino e Formação do
7 CAU/PB, Amélia de Farias Panet, o representante do IAB-PB Arquiteto e Urbanista Fabiano
8 de Melo Duarte Rocha e o representante do SINDARQ-PB, Arquiteto e Urbanista Fábio Ramos
9 de Queiroz. Participaram como convidados o assessor jurídico do CAU/PB Welison Silveira, o
10 conselheiro federal suplente Fábio Galisa e o ex-secretário adjunto de Habitação José Mariz.
11 Foi justificada a ausência do arquiteto e urbanista Márcio Cotrim, representante da Associação
12 Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo – ABEA. Aberta a sessão, o Presidente do
13 CAU/PB, Cristiano Rolim, agradeceu a presença de todos e deu seguimento às deliberações na
14 ordem que segue: **Ordem do dia I:** Apreciação e aprovação da ata 002/2016 do CEAU-
15 CAU/PB – Relator Cristiano Rolim; A ata foi aprovada por unanimidade. **Ordem do dia II:**
16 Calendário das reuniões do CEAU-CAU/PB – Relator Cristiano Rolim; Após as devidas
17 ponderações e sugestões **ficou deliberado que o calendário das reuniões do CEAU-**
18 **CAU/PB, para o segundo semestre de dois mil e dezesseis será da forma a seguir; no mês**
19 **de julho no dia doze às oito horas, no mês de agosto dia vinte e dois às oito horas, no mês**
20 **de setembro dia dezoito às dez horas e trinta minutos, no mês de outubro dia vinte e**
21 **quatro às oito horas, no mês de novembro dia vinte e um às dez horas e trinta minutos e**
22 **no mês de dezembro no dia dezoito às oito horas. Ordem do dia III:** Mudança de
23 zoneamento na cidade de João Pessoa – Relator **Cristiano Rolim;** O relator esclareceu que essa
24 matéria chegou ao conhecimento do conselho através da conselheira estadual do CAU/PB,
25 Sônia Matos, atendendo ao pedido de uma arquiteta e urbanista que demonstrou preocupação
26 com as modificações de zoneamento da cidade de João Pessoa aprovadas recentemente pelo
27 CDU-Conselho de Desenvolvimento Urbano. Na ocasião o CAU/PB oficiou o CDU e solicitou
28 a ata da reunião e os decretos que aprovaram tais modificações, mas até o momento não obteve
29 resposta. O CAU/PB também oficiou a procuradoria geral do Ministério Público da Paraíba
30 (MPPB), entidades de arquitetura e urbanismo da Paraíba, órgãos de preservação ambiental,
31 câmara de vereadores e o Ministério Público. Considerando a importância do assunto, o
32 presidente decidiu colocar o item para ser discutido no Colegiado Permanente das Entidades de
33 Arquitetura e Urbanismo – CEAU-CAU/PB. Cristiano Rolim informou que no dia de ontem,
34 dezessete de julho, o CAU/PB foi convidado pela Curadora do Meio Ambiente, Cláudia de
35 Souza C. B. Viegas, a apresentar um dossiê com informações detalhando esse assunto. Cristiano
36 Rolim enfatizou que causou estranheza ao CAU/PB o fato do terreno estar sendo utilizado como
37 se fosse ZEIS – Zona Especial de Interesse Social, para habitação de interesse social e no
38 entanto não estão sendo colocadas as questões da ZEIS na nova utilização. Alertou ainda para
39 o fato de ser feita a relação do lote com ZA, a Zona Axial da Epitácio Pessoa, permitindo o uso
40 de R6 que é a maior verticalização numa área tida como de Preservação Ambiental, próximo a
41 uma APP – Área de Preservação Permanente. Cristiano Rolim ressaltou a preocupação nos
42 precedentes que essa mudança possa causar nas áreas de preservação ambiental e facultou a
43 palavra aos presentes. **Amélia Panet** sugeriu que o CAU/PB convocasse o profissional
44 arquiteto e urbanista, responsável por aquele projeto e afirmasse a responsabilidade de fazer um
45 projeto dessa natureza. Com a palavra **Fábio Queiroz** afirmou que, por não haver se reunido
46 com os representantes do SINDARQ/PB acerca desse assunto, a sua opinião seria pessoal do
47 profissional arquiteto e destacou o fato de que no ano de mil novecentos e noventa e dois,
48 realizou o projeto do Cezzane no Altiplano e na frente do edifício era área de preservação.
49 Vendeu esse projeto dizendo aos compradores que jamais seria construído nada naquela local,
50 por se tratar exatamente de uma área de preservação. No entanto, por motivos políticos e
51 técnicos, hoje existem mais de vinte prédios construídos, justamente na área de preservação

52 ambiental. Ressaltou que se sentiu de certa forma prejudicado, por fazer as pessoas acreditarem
53 que não haveria construções naquele local. Na ocasião aconteceram reuniões entre técnicos e
54 políticos e por alguma razão técnica comprovaram que deveriam mudar aquele zoneamento, o
55 que possivelmente possa estar acontecendo nesta situação atual com a mudança dessa área.
56 Talvez por uma necessidade política de urbanizar aquela área. Fábio Queiroz alegou que
57 naquele momento entendeu e acatou a situação e de certa forma foi penalizado como
58 profissional. Afirmou não conhecer a fundo a legislação que trata das mudanças de zoneamento
59 e alegou que nem sempre os mapas de zoneamento representam a realidade da região. Afirmou
60 que o agride mais, passar e ver favela por toda a Beira Rio do que essa proposta de mudança de
61 zoneamento e urbanização com edifícios, desde que essas áreas tenham a vegetação adequada
62 para esse tipo de uso. Fábio Queiroz ressaltou que se é para desmatar, o que é proibido por Lei
63 Federal, Estadual ou Municipal sem argumento, ele é contra a mudança de zoneamento.
64 Entretanto se é para utilizar um terreno que está sendo previamente avisado que está sendo
65 invadido por favelas, de forma desordenada, ele prefere ter essa mudança de zoneamento. Fábio
66 Queiroz ressaltou que na sua opinião o arquiteto e urbanista tem a responsabilidade de ler toda
67 a documentação legal para desenvolver o seu projeto, mas duvidou que algum arquiteto se
68 negue a fazer um projeto por achar que um determinado terreno deveria ser preservado.
69 Asseverou também que o profissional não merece nenhum tipo de julgamento por haver
70 realizado tal projeto, essa é sua opinião, em relação a sugestão dada por Amélia Panet, de
71 convocar para uma reunião o arquiteto e urbanista responsável pelo projeto que será realizado
72 na área onde houve a mudança de zoneamento. Fábio Queiroz enfatizou a necessidade de ouvir
73 o senhor José Mariz, que na ocasião da mudança de zoneamento, era o secretário de habitação
74 e o arquiteto e urbanista Fábio Galisa, que participou da reunião do CDU na ocasião da
75 aprovação da mudança de zoneamento, a fim de que possamos entender melhor o acontecido.
76 Com a palavra, o ex-secretário **José Mariz**, declarou ter tido o cuidado de rever a Resolução e
77 que constatou que essa mudança de zoneamento não se tratava do que ele havia pensado quando
78 recebeu o convite de Fábio Queiroz para participar desta reunião. Acreditava que se tratava do
79 projeto BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ressaltou que em tese, todos os
80 apartamentos da Construtora MRV são de interesse social, conseqüentemente esse
81 empreendimento também deveria ser de interesse social. Afirmou que se esse projeto houvesse
82 passado pela secretaria na época de sua gestão, jamais teria pedido para trocar para uma zona
83 axial. Alertou para o fato de tal mudança não depender apenas do CDU, mas também de
84 autorização da Câmara de vereadores. Neste sentido, alegou que pode haver alguma Lei que
85 trate da mudança de zoneamento. Por essa razão, acredita que deveria ser averiguado a
86 existência desta Lei, como também se foi emitido o alvará para a construção do
87 empreendimento naquela localidade e que se não houver a Lei e existir o alvará, esse se tornará
88 nulo. Sugeriu que o CAU/PB leve o caso ao conhecimento da Secretaria Executiva de
89 Mobilidade Urbana – SEMOB. José Mariz disse não acreditar e ser difícil conseguir embargar
90 essa obra, por acreditar que uma mudança seria aprovada na Câmara dos vereadores com
91 facilidade. Com a palavra **Fábio Galisa** declarou que passou seis anos como membro do CDU
92 e que viu passar vários processos e chegou a alertar que nunca houve tantas mudanças e tão
93 rápidas nas cores dos mapas no zoneamento de João Pessoa e que por muitas vezes os mapas
94 eram mudados conforme conveniências políticas. Que já havia sido sugerido uma representante
95 da SUDEMA para compor o CDU e que a falta desse representante é uma falha. Alegou que da
96 primeira vez que o citado processo de zoneamento chegou para votação, não tinha nenhuma
97 licença ambiental e por essa razão foi devolvido para ser instruído. Quando o processo retornou
98 para votação, após a leitura do relato, Fábio Galisa e Venâncio, membro do CDU, solicitaram
99 o processo para fazer uma análise e ficou constatado que, a solicitação era de um projeto para
100 construção de um empreendimento que era de interesse social. Havia a declaração de
101 viabilidade para água, esgoto, energia e infraestrutura. Inicialmente nada repreendia o interesse
102 de construir aquele empreendimento. Na ocasião a solicitação era para ter direito ao uso de

103 índice um (potencial básico), por aquele setor ser uma ZP2 não tem parâmetros definidos. Todos
104 os requisitos foram apresentados, nesse sentido não poderíamos não votar. Fábio Galisa
105 explicou já há algum tempo foi solicitado um representante da SUDEMA para ocupar um lugar
106 no CDU. Se houvesse tal representante este nos alertaria para o risco ambiental. Na ocasião
107 fizemos algumas sugestões para o projeto, a exemplo de não calçar todo o estacionamento.
108 Como representante dos arquitetos, sempre procuramos defender os processos como o
109 loteamento Coqueiral no Seixas, que não tinha uma legislação específica. Com a palavra, Fábio
110 Queiroz comentou que em relação à votação do CDU na época em que Fábio Galisa fazia parte
111 do CDU, foi realizada com análise técnica legal. Destacou que acredita que a falha aconteceu
112 por parte da prefeitura em pegar a decisão e aprovar o alvará sem passar pela Câmara. Fábio
113 Galisa enfatizou não ter certeza se o que foi aprovado naquela ocasião, foi efetivamente o que
114 estava posto. Com a palavra **Cristiano Rolim** agradeceu a presença de José Mariz e de suas
115 declarações e apresentou o comunicado que encaminhou para os profissionais arquitetos e
116 urbanista, que tratou dessa mudança de zoneamento. Apresentou também a resposta do IAB.pb
117 ao ofício encaminhado pelo CAU/PB onde solicitava informação e providências sobre mudança
118 de zoneamento na cidade de João Pessoa. Com a palavra, Fabiano Melo informou que
119 encaminhou a opinião do IAB.pb, porém não fez divulgação, por estar aguardando a reunião
120 do CEAU-CAU/PB para ter mais ferramentas para divulgação das informações. Afirmou o
121 apoio à posição contrária a aprovação do CDU, por entender que o CDU é o espaço de discutir
122 de forma crítica a própria legalidade, que pode ser danosa para coletividade. Ressaltou que o
123 CDU é uma esfera legítima e legal, mas que nesse assunto seria necessária uma ampliação do
124 estudo ambiental e de audiências públicas. O assessor jurídico do CAU/PB, Welison Silveira
125 informou que pelo Plano Diretor da cidade de João Pessoa o Vale do Jaguaribe é uma ZEIS.
126 Apresentou também as imagens das margens do Rio Jaguaribe e alegou também que essa não
127 é uma ação contra a gestão da Prefeitura e tão pouco com a construtora MRV. Amélia Panet
128 alertou para que os nossos representantes no CDU, em casos como esse da mudança de
129 zoneamento, alertem as entidades para que possamos tomar providências em tempo hábil. Fábio
130 Galisa ressaltou que muitas vezes os processos chegam como extra pauta, dificultando as
131 tomadas de decisões. Amélia Panet solicitou todos os esforços para impedir essa mudança.
132 Fábio Queiroz reiterou o que disse anteriormente, não tendo a mesma opinião de Amélia Panet,
133 sua decisão depende de provas cabais, que demonstrem prejuízos ambientais. E como até o
134 momento não tem estudo de impacto ambiental e nem um estudo de permeabilidade do solo,
135 não poderá ser contra essa mudança. Com a palavra, Cristiano Rolim ressaltou que se existe
136 uma legislação que coloca em um setor da cidade uma área de amenização ambiental, se ela diz
137 que esse setor de amenização ambiental está aí é por que é importante para a paisagem da
138 cidade, importante para o caráter ambiental dessa cidade, por isso é um setor de amenização
139 ambiental. Continuou relatando que, se esses índices vão ser definidos posteriormente e na
140 primeira intervenção nesse setor de amenização ambiental o que se faz é pegar os índices mais
141 altos da cidade e jogar lá dentro, não pode concordar com isso. O presidente destacou que esse
142 é o questionamento que faz, independente se no terreno cabem ou não construções. Se existe
143 uma zona de amenização ambiental na cidade, que em dado momento foi reconhecida como
144 importante, ter esse setor para preservação da qualidade desse espaço vital urbano,
145 paisagisticamente e ambientalmente, é absolutamente contra que na primeira indicação de
146 índices, sejam pelos mais altos da cidade, que são os do uso R6, abrindo precedentes seríssimos
147 para qualquer setor de amenização ambiental da cidade. Com a palavra, Fábio Queiroz esclarece
148 que apesar de concordar com parte da fala de Cristiano Rolim, não vê as coisas dessa forma.
149 Que o aproveitamento é 1 e que é a favor de verticalizar ao invés de espalhar 200 blocos
150 baixinhos. Alegou nunca ter visto o rio e que só tem visto crescer as favelas naquele local.
151 Declarou ser contra quando atiramos contra algo e depois vem todo o embasamento técnico e
152 desmoraliza todo o nosso pensamento, por essa razão preferiu escutar, como ouviu as alegações
153 de Fábio Galisa, de José Mariz, ver os estudos de solo e o impacto ambiental e a partir daí tomar

154 uma decisão de ser cem por cento contra ou a favor. Cristiano Rolim questionou que cidade
155 estamos queremos construir, quando o colega diz que nunca viu o rio, porque a cidade nunca
156 se preparou para deixar o rio fazer parte da cidade e ressaltou a importância do Rio Jaguaribe
157 para a paisagem e para a qualidade ambiental de João Pessoa. O presidente afirmou que no
158 momento que esses empreendimentos são liberados, estamos criando barreiras arquitetônicas
159 que isolam o rio da cidade. Cristiano Rolim alertou para o fato dessa mudança ferir o plano
160 diretor do Município de João Pessoa, nossa lei maior urbana, que só permite a construção de
161 ZEIS naquela área, de acordo com o que estabelece o Estatuto das Cidades. E que o discurso
162 do CAU/PB será esse, contra a referida mudança e em defesa da legalidade. **Fábio Queiroz**
163 pediu a palavra e declarou que o preocupa, como já alertou, que desde a posse de Cristiano
164 Rolim como presidente do CAU/PB, que o mesmo exponha a sua opinião pessoal em nome do
165 CAU sem que tenha ocorrido uma assembleia o autorizando. Que em certa ocasião foi
166 incumbido pelo presidente do CREA/PB para representar a autarquia e foi advertido por
167 Luciano Agra, quando afirmou que ele não poderia falar pelo CREA/PB se não tivesse ocorrido
168 uma assembleia para tratar daquele assunto. E que espera que o presidente Cristiano Rolim
169 tenha realizado uma reunião para que possa fazer a afirmação do posicionamento do CAU/PB.
170 Cristiano Rolim esclareceu que sempre defenderá a legalidade. O assunto foi encerrado sem
171 deliberação formal do CEAU CAU/PB. **Ordem do dia IV:** Revisão do Plano Diretor de
172 Campina Grande/PB. – Relator Fabiano Melo; O relator alegou que pelo adiantado da hora seria
173 melhor tratar desse assunto posteriormente. Informou que pelo que apurou, o rito está sendo
174 cumprido, apesar do CAU/PB e do IAB.pb não terem sido convidados a fazer parte da revisão
175 do plano diretor. As universidades estão sendo representadas pela UFCG (Lívia) e FACISA
176 (arquiteta e urbanista Aída Pontes Aquino, que além de professora daquela faculdade é
177 integrante da diretoria do IAB.pb). Fabiano Melo lamentou o fato das audiências serem
178 esvaziadas e não terem a mobilização necessária. Ressaltou que solicitou a Aída um relato de
179 como vem se dando as reuniões e se for o caso, poderíamos convidar a própria Aída ou Lívia,
180 da UFCG, para uma reunião do CEAU-CAU/PB. **Informes:** Presidente do IAB.pb, Fabiano
181 Melo: **I** - informou que aconteceu no último dia vinte e oito de maio o início da execução do
182 Projeto do Memorial da Arquitetura Paraibana e que contou com a presença do presidente do
183 CAU/PB. Na ocasião a palestra foi proferida pela arquiteta e museóloga Maria Botelho. **II** -
184 Informou que será lançado um calendário de assistência técnica que realizará um evento na
185 comunidade Santa Clara. **III** - Informou também que acontecerá em julho, com a parceria do
186 PPGAU e IESP, um curso sobre arquitetura contemporânea moderna e concursos de projeto.
187 Presidente do SINDARQ/PB, Fábio Queiroz: **I** – Informou sua disponibilidade em solicitar a
188 ata da reunião do CDU que aprovou a mudança de zoneamento, já que o SINDARQ/PB tem
189 representante naquela Comissão nessa gestão. **II** – Registrou que convidou o presidente do
190 IAB.pb para assumir a representação no CDU e solicitou ao CAU/PB uma indicação e disse
191 concordar com a sugestão do nome do conselheiro do CAU/PB, Ricardo Vidal, afirmando ser
192 a indicação mais possível de ser atendida. Entretanto aguardará a consulta do CAU/PB à
193 conselheira Sônia Matos, e que posteriormente voltaria a tratar desse assunto. **III** – Informou
194 de sua participação em uma reunião ampliada na FNA com todos os membros dos sindicatos e
195 foi cobrado a ajuda financeira do FNA e que o SINDARQ/PB, foi um dos oito sindicatos que
196 receberam ajuda financeira no ano de dois mil e quinze e que apesar de haver realizado a sua
197 prestação de contas, está sendo penalizado devido à falta de prestação de contas de outros
198 sindicatos, prejudicando o recebimento da ajuda financeira aos demais sindicatos para o ano de
199 dois mil e dezesseis, até que todos regularizem as suas situações. Dessa forma, prejudicando as
200 ações prevista pelo SINDARQ/PB para o ano de dois mil e dezesseis. Enfatizou que a FNA está
201 se posicionando politicamente sem a consulta aos sindicatos. O presidente da FNA declarou ser
202 contra a situação atual e colocando como sendo um golpe. Nesse sentido dos doze membros do
203 sindicato na paraíba, onze se posicionaram no sentido de que o sindicato deve ser apolítico,
204 independentes de nomes, diferente dos outros vinte e seis estados que acreditam ser um golpe.

205 E que por defender esse posicionamento, acredita que seja um dos motivos de não ter recebido
206 ajuda financeira para o ano de dois e dezesseis. Dessa forma, Fábio Queiroz solicita que seja
207 registrado em ata que a prestação de contas à FNA, foi realizada no mês de dezembro de dois
208 mil e quinze e que até o momento não obteve nenhuma resposta. **IV** – Informou que realizou
209 uma palestra no UNIPÊ sobre o papel de cada entidade e do conselho de arquitetura. Interesses
210 Gerais: não houve; Encerramento: Não havendo outro assunto a tratar, o Presidente agradeceu
211 a presença de todos e deu por encerrada a sessão, às onze horas, tendo determinado a lavratura
212 da presente ata que, aprovada pelos presentes, vai digitada e assinada por mim, Mércia Valéria
213 Pinho do Nascimento, Secretária Geral deste Conselho, e assinada pela Presidente e pelos
214 Membros que se fizeram presentes à sessão.

215
216 Arq. e Urb. João Cristiano Rebouças Rolim _____
217 Presidente do CAU/PB

218
219 Mércia Valéria Pinho do Nascimento _____
220 Secretária Geral do CAU/PB

221
222 MEMBROS PRESENTES:

223
224 Arq. e Urb. Amélia Farias de Panet Barros _____

225
226 Arq. e Urb. Fabiano de Melo Duarte Rocha _____

227
228 Arq. e Urb. Fábio Ramos de Queiroz _____